

# Juros da UE. União Europeia cobra mais a Portugal do que à Grécia

Em Junho, quando for aprovada a reforma do fundo de resgate, taxa de juro será revista de forma a baixar o prémio de risco. O juro médio ontem apontado por Olli Rehn irá custar pelo menos 4,3 mil milhões por ano

CARLOS FERREIRA MADEIRA  
carlos.madeira@online.pt

Portugal vai pagar entre 4,3 e 4,7 mil milhões de euros anuais pelo empréstimo de 78 mil milhões de euros da União Europeia (UE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), com taxas de juro bem acima das taxas fixadas para Grécia. Olli Rehn, comissário dos Assuntos Económicos Monetários da UE, informou ontem em Estrasburgo que "a taxa de juro será acima de 5,5% mas claramente abaixo dos 6%".

Estas taxas incidem sobre o empréstimo total, que tem duas origens diferenciadas. 52 mil milhões de euros é a parte do empréstimo que os estados europeus irão financiar através do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF). Os restantes 26 mil milhões de euros serão financiados pelo Fundo Monetário Internacional. Na fatia do FMI a taxa de juro cobrada será de 3,25% para os primeiros três anos do empréstimo e 4,25% para o período subsequente. A taxa de juro média cobrada a Portugal sobre a totalidade do empréstimo externo deverá aproximar-se daquela que foi fixada para a Irlanda: 5,9%. O valor compara com os 5,79% pagos por Portugal em Abril, por exemplo, numa emissão de dívida a 12 meses.

Em todo o caso, os juros cobrados pela Europa a Portugal deverão diminuir já em Junho, quando o Conselho Europeu aprovar a reforma do FEEF (ver texto ao lado). Olli Rehn afirmou ontem as taxas de juro "devem estar menos relacionadas com o 'risco moral' - esse já está incluído na própria condicionalidade dos programas de assistência - e mais com a sustentabilidade da própria dívida". Fonte diplomática de Bruxelas diz mesmo que na Comissão Europeia existe a "expectativa de que a taxa

de juro de Portugal venha a ser revista rapidamente, tendo em conta as condições já renegociadas com a Grécia e a provável renegociação da taxa de juro da Irlanda".

No Orçamento do Estado para 2011 estão inscritos 6,3 mil milhões de euros em juros a pagar pelo total da dívida pública de Portugal. Ressalvando o facto de que parte do empréstimo externo de 78 mil milhões de euros poder servir para amortizar dívida vencida, a soma dos juros da dívida pública aos juros do empréstimo externo pode elevar a factura anual com estas dívidas para 10,6 mil milhões de euros.

Sucede que os prazos do empréstimo, o número de tranches e o eventual período de carência estão ainda por definir. Só na reunião do conselho de ministros da Finanças europeus, a 16 e 17 de Maio, serão definidos esses parâmetros. O cálculo do montante global dos juros que Portugal irá pagar depende desses critérios que serão definidos então.

Ontem mesmo, o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, afirmou "ter a esperança de que o programa de assistência financeira a Portugal tenha o apoio de todos" os ministros das Finanças da zona euro. E isto porque, diz Barroso, este programa "muito exigente" é "indispensável face à situação de ruptura financeira" de Portugal.

As palavras de Barroso tinham um destinatário evidente: a Finlândia. O primeiro-ministro Jyrki Kaitanen não conseguiu que o parlamento finlandês aprovasse ontem o pacote de ajuda a Portugal. A votação foi adiada para sexta-feira porque o segundo maior partido político do país, o Partido Social Democrata finlandês, exige que os credores privados sejam incluídos nos planos de resgate, isto é, se houver no futuro reestruturação de dívida as instituições que concedem o empréstimo

## Citações

"Tenho esperança que os países do euro possam agora juntar-se a este programa"

Durão Barroso  
PRESIDENTE DA CE

"O próximo governo será responsável pela implementação das medidas em todas as áreas"

"As taxas de juro devem estar menos relacionadas com o chamado 'risco moral' - esse já é respondido pela condicionalidade dos programas de assistência - e mais com a sustentabilidade da própria dívida"

Olli Rehn  
COMISSÁRIO EUROPEU DOS  
ASSUNTOS ECONÓMICOS



Os primeiros-ministros da desgraça na cimeira europeia de 25 de Março: O grego Papandreou e o português José Sócrates

SEBASTIEN PIRET/FRUITERS & LIFE

devem ter prioridade sobre os investidores privados.

**PIOR QUE OS GREGOS** O empréstimo de 110 mil milhões concedido à Grécia em Maio de 2010 tinha associada uma taxa de juro inicial de 4,5% durante três anos e de 5,5% nos anos seguintes. Estas condições foram renegociadas a 11 de Março, data em que a Grécia passou a pagar 3,5% nos primeiros três anos e 4,5% nos anos seguintes. O período de carência é de três anos, o que significa que Atenas só começará a pagar em 2014, e a maturidade do empréstimo é de sete anos e meio. Os gregos acabarão de pagar o empréstimo em 2021.

O governo da Irlanda, que mantém a expectativa de conseguir renegociar com os parceiros europeus a taxa de juro sobre o empréstimo de 85 mil milhões de euros, paga hoje uma taxa de juro média de 5,9%. Os três países deverão ter boas notícias a partir de Junho.



## Grécia. Europa prepara mais ajuda e admite novo corte nos juros

●●● A Grécia está a pagar 4,88% para se financiar a seis meses. O país regressou ontem aos mercados, um dia depois de a Standard & Poor's ter baixado novamente o rating do país, que já estava ao nível do lixo. Atenas emitiu 1625 milhões de euros em bilhetes do Tesouro, mas comprometeu-se a pagar bem acima da taxa média de 4,2% fixada para o empréstimo, de 110 mil milhões de euros, do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira/FMI. Os principais compradores foram os próprios bancos da Grécia.

O programa de ajustamento prevê que o país volte aos mercados no início de 2012, ano em que precisa de 27 mil milhões de euros adicionais para refinarçar a dívida. A hipótese é remota e por isso existem já negociações na União Europeia para que a Grécia possa beneficiar de novo auxílio financeiro.

Jean-Claude Juncker, presidente do eurogrupo, admitiu na sexta-feira que "a Grécia precisa de um segundo programa de ajustamento". Ontem, a ministra austríaca das Finanças, Maria Fekter, revelou que Atenas pode beneficiar de prazos de pagamento mais dilatados e de uma nova redução na taxa de juro cobrada pelo FMI/UE.

A chanceler alemã, Angela Merkel, não fechou a porta à possibilidade de a Grécia receber fundos adicionais, ou renegociar as condições do empréstimo do FEEF/FMI. Porém, alertou, o país precisa "primeiro, de analisar as conclusões do Banco Central Europeu, da Comissão Europeia e do FMI" sobre o progresso das suas contas. O relatório será analisado pelos ministros das Finanças europeus na segunda-feira e dele depende a transferência da próxima tranche (12 mil milhões) do empréstimo.

O Banco Central Europeu voltou ontem a excluir a reestruturação da dívida grega e Lorenzo Bini Smaghi, do conselho executivo, disse que "a reestruturação ou o incumprimento na zona euro seria um suicídio político". A primeira-ministra da Eslováquia, Iveta Radicova, discorde. Considera a reestruturação da Grécia "inevitável" e diz que terá de "envolver o sector privado, sobretudo o sector bancário". C. F. M.

## Conselho da União Europeia aprova Mecanismo de Resgate em Junho

Por causa das eleições regionais ou nacionais, a UE adiou o reforço do Fundo de Resgate e a aprovação do novo Mecanismo Permanente

A União Europeia vai concluir a reforma do actual Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) no Conselho Europeu de Junho, uma decisão que foi sucessivamente adiada por causa das eleições regionais na Alemanha, das municipais em França e das nacionais na Finlândia. A 24 e 25 de Março último, os estados-membros aprovaram o Pacto para o Euro e o reforço dos poderes do governo económico europeu. E acordaram rever o FEEF.

O aumento da capacidade do fundo de resgate, para a União conseguir emprestar até 440 mil milhões de euros efectivos, obriga a mudanças no quadro legal. Uma das consequências da reforma do FEEF será a alteração da fórmula que permite calcular os juros cobrados aos países que sejam alvo de um programa

de assistência financeira. A ideia é diminuir os juros sobre os empréstimos de que beneficiam já a Grécia e a Irlanda e, em breve, Portugal. Excepcionalmente, existirá ainda a possibilidade de o FEEF comprar títulos nos mercados primários de dívida soberana.

Paralelamente a esta reforma, a UE irá aprovar o Mecanismo de Estabilidade Europeu (MEE) - o sucessor do FEEF -, que deverá ser activado em Junho de 2013. Este mecanismo terá a capacidade de emprestar 500 mil milhões de euros e qualquer país que beneficie dos dinheiros europeus está sujeito à "condicionalidade estrita", ou seja, a um programa de ajustamento macroe-

conómico. O MEE tem por objectivo "assegurar a estabilidade financeira de toda a zona euro".

Uma das formas de financiar este mecanismo resulta das sanções financeiras a aplicar aos estados-membros que desrespeitem os tetos do Pacto de Estabilidade e Crescimento (défice de 3% e dívida de 60%) e dos novos procedimentos contra os desequilíbrios macroeconómicos. De resto, os países do euro terão de entrar com capital e garantias para constituir a nova organização. Este mecanismo prevê já que, em caso de dificuldade financeira, o sector privado (credores) seja chamado a assumir parte da responsabilidade. É por isso que os títulos de dívida dos estados do euro terão, a partir de 2013, inseridas cláusulas de acção colectiva que permitam reestruturação de dívida.

O MEE cobrará 200 pontos-base acima dos custos de financiamento no mercado, com uma sobretaxa de 100 pontos base sobre as quantias com maturidades a partir dos três anos.

*Carlos Ferreira Madeira*

O Mecanismo de Estabilidade Financeira será activado em 2013 e prevê condições para reestruturar dívida